

CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA

1 – CONDIÇÕES GERAIS

1.1. As vendas e entregas de materiais são efectuadas de acordo com as condições a seguir expressas. Qualquer alteração a estas condições terá de ser obrigatoriamente redigida em documento próprio e assinado por ambas as partes.

1.2. A POLICABOS S. A. privilegia uma relação de parceria que se pretende duradoura e, nesse pressuposto, qualquer venda efectuada implica que o cliente, em situações normais, aceite as condições gerais aqui enunciadas.

2- CONCESSÃO DE CRÉDITO

2.1. A concessão de crédito e o seu montante dependem da aprovação prévia por parte da seguradora de créditos ou da apresentação de outras garantias previamente negociadas. O pedido de abertura de crédito poderá ser solicitado, mediante o preenchimento de uma Ficha de Cliente. Após análise por parte da Direcção Financeira, será comunicado ao cliente o plafond aprovado e demais condições financeiras.

2.2. O plafond poderá ser alterado em qualquer altura, conforme as decisões tomadas pela seguradora de créditos, que serão comunicadas ao cliente.

2.3. Apenas poderão ser consideradas Vendas a Crédito as encomendas de valor superior a 50 €.

3 - PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Aos preços propostos acresce o valor do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), conforme a legislação em vigor.

3.2. As condições de pagamento encontram-se expressas na Factura.

3.3 O atraso no respectivo pagamento poderá implicar suspensão de fornecimentos e o débito de juros moratórios/compensatórios calculados nos termos legais.

4 – PRAZOS E ENTREGA DE MATERIAIS

4.1. Os prazos de entrega são estabelecidos contratualmente e, por princípio, é norma da POLICABOS S. A. cumpri-los. Todavia, poderão ocorrer situações imprevistas que impossibilitem esse normal cumprimento.

4.2. Só serão aceites penalizações por incumprimento de prazos de entrega, se previamente negociadas pelas partes e reduzidas a escrito nos documentos geradores da encomenda. Todavia, a POLICABOS S A não poderá ser penalizada por quaisquer prejuízos decorrentes da prorrogação de prazo, ainda que previamente negociadas, por motivos de Força Maior, nomeadamente se o cumprimento do contrato for impedido, frustrado ou adiado em consequência de factos ou circunstâncias fora do nosso controle, tais como: falhas de fornecedores, falhas de transportes, indisponibilidades de matéria-prima, combustíveis e energia, guerra, catástrofes, não responderá a POLICABOS S. A. por qualquer indemnização decorrente desse incumprimento.

4.3. Os materiais disponibilizados pela POLICABOS S.A. no seu armazém deverão ser recolhidos pelo cliente ou expedidos por indicação deste, até um prazo máximo de 10 dias. Caso este prazo seja ultrapassado, a POLICABOS S.A. reserva-se o direito de imputar custos de armazenagem ao cliente.

4.4. Os materiais serão expedidos pela Policabos a pedido do cliente, com destino ao local por este designado, sendo da responsabilidade do comprador, a disponibilidade de meios de descarga.

4.5. As encomendas de valor inferior a 200 € que, por indicação do cliente, sejam expedidas pela POLICABOS S A, estarão sujeitas ao débito de Portes no valor de 5 €.

5 – NOTAS DE ENCOMENDA

5.1. As Notas de Encomenda deverão ser enviadas por escrito, devidamente valorizadas, mencionando a proposta que lhe deu origem e especificando o local de entrega dos materiais.

6 – QUANTIDADES FORNECIDAS

6.1. A POLICABOS S.A. factura as quantidades efectivamente enviadas/entregues ao cliente, com uma tolerância aproximada de 3% relativamente às quantidades encomendadas, o que significa que diferenças até aquele valor não podem ser objecto de reclamação, salvo se algo em contrário for convencionado pelas partes.

7 - GARANTIA

7.1. A POLICABOS, S.A. assegura para todos os seus produtos uma garantia igual à oferecida pelo respectivo Fabricante, tendo o seu início a partir da data da factura e refere-se exclusivamente a defeitos de fabrico. Esta garantia cessa logo que neles tenha havido intervenção ou má utilização dos mesmos.

8 – RECLAMAÇÕES

8.1. As reclamações deverão ser efectuadas por escrito, nos dez dias posteriores à recepção dos materiais ou da respectiva factura.

8.2. A eventual responsabilidade imputável à POLICABOS S.A. deverá ser inequivocamente demonstrada para ser aceite, e não liberta o comprador das suas obrigações de pagamento.

8.3. Será imprescindível a anotação, no documento do transportador, quando este seja contratado pela POLICABOS S.A., qualquer anomalia do produto ou da respectiva embalagem de acondicionamento, resultante do referido transporte.

9 – DEVOLUÇÕES

9.1 Não são permitidas quaisquer devoluções de materiais, sem o prévio consentimento da POLICABOS S.A.. Em casos devidamente fundamentados, poderão ser aceites devoluções de materiais em bom estado de conservação, mediante depreciação a definir pela POLICABOS S.A..

10 – RESERVA DE PROPRIEDADE

10.1. Os materiais entregues permanecem propriedade da POLICABOS S.A. até ao pagamento integral dos mesmos.

10.2. O comprador pode proceder à transformação dos bens no âmbito da sua actividade.

10.3. A reserva de propriedade manter-se-á em plena força mesmo que os materiais sejam transformados. Neste caso a reserva de propriedade estender-se-á proporcionalmente aos novos produtos que surjam da transformação.

10.4. O comprador informará a POLICABOS S.A. imediatamente sobre qualquer hipoteca da mercadoria sujeita a esta reserva de propriedade.

11– TARAS

11.1. As taras – bobinas e paletes – serão debitadas conjuntamente com os materiais que acondicionam.

11.2. O prazo de pagamento é o mencionado na factura.

11.3. A devolução das bobinas será por conta e risco do cliente. Poderemos, no entanto, proceder à recolha das mesmas em território nacional continental, desde que previamente acordado e endereçado o respectivo pedido de recolha.

11.4. As bobinas devolvidas no prazo máximo de dois anos e em bom estado de conservação, serão creditadas com desvalorização de 20% relativamente ao valor debitado.

11.5. Nas situações de exportação ou envios para as ilhas, os preços poderão incluir o custo das taras. Nestas situações não serão observados os pontos 10.1 a 10.4..

12 - LEIS NO PAÍS DE DESTINO

12.1 O comprador é responsável pela observância de todos os regulamentos e leis a respeito de importação, entregas, armazenamento e uso das mercadorias fornecidas pela POLICABOS S. A., no país de destino do fornecimento.

13 – LITÍGIOS

13.1. O contrato de compra e venda dos nossos materiais rege-se pela Lei Portuguesa.

13.2. Fica reconhecido que em caso de litígio o foro competente será o do Tribunal da Comarca de Sintra.

Sintra, 2017.07.01

POLICABOS – Soluções Técnicas de Condutores S.A.

Av. Pedro Álvares Cabral, Lugar da Capa Rota

2710-144 Sintra - PORTUGAL

Tel: 00351 21 9178640

Fax: 00351 21 9178649

E-Mail: policabos@policabos.pt